

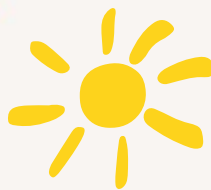


SEMANA da INFÂNCIA e CULTURA de PAZ

2021



**SOMOS SOL
E NATUREZA**



Aliança pela
Infância

SUMÁRIO

- 01** Semana da Infância e Cultura de Paz
- 02** Somos sol e natureza
- 03** Algum contato com a natureza: o direito das crianças a um ambiente saudável nas cidades
- 04** Contra a violência doméstica: educação positiva, cultura de paz e proteção
- 05** Infância migrante: reflexões sobre direitos, sonhos e liberdade
- 06** Resiliência na pandemia: aprendendo os valores da cultura de paz em tempo de transformações
- 07** Infância e natureza sob a perspectiva indígena
- 08** Aliança pela Infância
- 09** Ficha técnica e Agradecimentos

Realização:



Apoio:



Contato:

www.aliancapelainfancia.org.br

alianca@aliancapelainfancia.org.br

SEMANA da INFÂNCIA e CULTURA de PAZ

A Semana da Infância e Cultura de Paz é a contribuição da Aliança pela Infância no incentivo a ações, inspirações, experiências e mobilizações coletivas que promovam a importância do brincar e da infância na construção de uma sociedade pautada na cultura de paz e na não violência.

Essa abordagem reconhece que a cultura de paz está associada ao desenvolvimento infantil pleno e digno, num contexto ambiental e social mais harmonioso no qual crianças e adultos possam atuar no mundo a partir de valores de cooperação, tolerância, respeito, empatia, acolhimento e não violência.

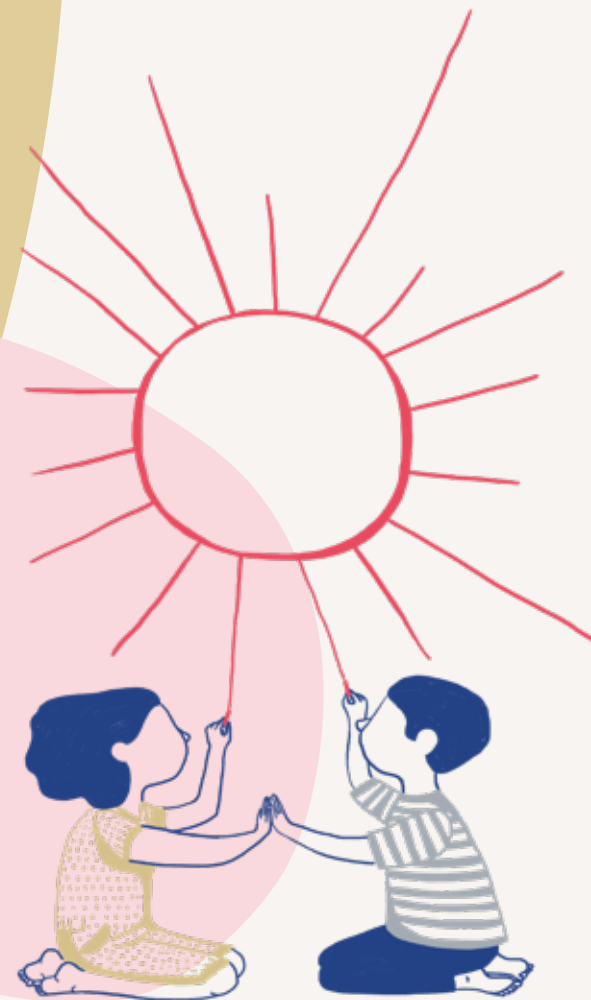
A SPAZ se materializa com ações, inspirações, experiências e mobilização coletiva. A Semana é uma construção coletiva, com ações criadas e colocadas em prática com autonomia por todas e todos, gratuitamente. Portanto, qualquer pessoa pode participar, criando e executando ações inspiradas na proposta, sem obrigatoriedade de cadastro.

HISTÓRICO

Em 1997, a ONU estabeleceu o conceito de Cultura de Paz, conclamando que houvesse uma mobilização global de movimentos existentes para, juntos, transformar os princípios norteadores da cultura de paz em ações concretas.

A Aliança pela Infância chega ao Brasil em 2001 com a missão de sensibilizar a sociedade para a importância de uma infância digna e saudável, promovendo o desenvolvimento de seres humanos capazes de construir uma sociedade fundada na cultura de paz, na sustentabilidade ambiental e no respeito a todas as diferenças. Desde sua fundação, a Aliança pela Infância vem participando de conferências e projetos ligados ao tema.

Neste contexto, a Semana da Infância e Cultura de Paz (SPAZ) acontece todos os anos desde 2020, com o apoio da terre des hommes - Alemanha (tdh-A), durante a semana da criança em outubro, para resgatar a relação entre a infância, o brincar e a não violência.



SOMOS SOL E NATUREZA

Em 2021, o tema “Somos sol e natureza”, escolhido para a Semana da Infância e Cultura de Paz, reconhece que o desenvolvimento infantil pleno e digno está diretamente relacionado a um contexto ambiental e social mais equilibrado, no qual crianças e adultos possam atuar no mundo a partir de valores de cooperação, tolerância, respeito, empatia, acolhimento e não violência.

Em tempos de tanta inquietude e violência, é preciso mudar a forma como nos relacionamos com o planeta Terra. Por isso, trazemos a imagem do sol, grande foco de luz que dá calor e vida à natureza e lembramos que também a infância representa a luz que acolhe e humaniza a vida que se perpetua e se recria a cada momento.

Somos todos natureza e podemos cultivar relações pautadas na cultura de paz ao olhar para o nosso corpo, nos reconectando e reconhecendo nossos ciclos internos, além de buscar uma convivência harmoniosa com o ambiente e em sociedade, a partir do respeito às diferenças e da valorização da diversidade. Com esse tema, queremos propor uma conversa sobre o papel “curativo” da natureza, de re-conexão com o próprio eu e de empatia com outros seres vivos.

Em outras palavras, o tema “Somos sol e natureza” propõe que o adulto – cuidador, família, educador, ou em qualquer outro papel – se reconheça como um agente desses valores da cultura de paz e da não violência, procure oferecer à criança condições de cultivar esse vínculo da infância com a natureza, apreciando com ela a generosidade com que a natureza nos acolhe.

ALGUM CONTATO COM A NATUREZA: O DIREITO DAS CRIANÇAS A UM AMBIENTE SAUDÁVEL NAS CIDADES

por **Giovana Barbosa de Souza***

edição: **Thaís Brianezi**

Infância é a palavra que designa um período do desenvolvimento do ser humano, que vai do nascimento ao início da adolescência. Nele, é muito importante que as crianças tenham acesso à natureza, reconhecendo-se como parte dela.

A atenção das crianças vai sendo capturada pelas cores, pelos cheiros, pelas texturas, pelos ritmos, pelos tamanhos e volumes diferenciados, pelos movimentos. Conviver com e na natureza fortalece a saúde delas de forma geral: física, emocional, intelectual e socialmente.

Ter natureza em nossas rotinas diárias nas grandes cidades (e também em muitas médias e até pequenas) tem se mostrado um desafio, especialmente para as crianças. As áreas verdes muitas vezes estão longe do local de moradia e os pequenos não podem se deslocar sozinhos. E nos trajetos motorizados, seja em veículo próprio ou no transporte coletivo, as plantas e animais que existem (e resistem) pelo caminho deixam de ser notados e apreciados.

Andar pelas cidades permite às crianças explorar os elementos do percurso, como os buracos, o relevo, as minhocas, os insetos, os passarinhos, as árvores e flores, o contato com o vento ou com as nuvens. Essa riqueza de diversidade de estímulos dificilmente cabe em nosso modo de vida urbano, acelerado, em ruas sem calçadas ou faixas de pedestres, em vias e semáforos feitos para carros em detrimentos das pessoas.

Com isso, aos poucos, fomos perdendo o sentimento de pertencimento, a noção de que nós, humanos, também integramos Gaia. Alienados, desconectados com o que realmente importa, deixamos de perceber que a natureza pulsa em nós, em nossa respiração, em nossas batidas cardíacas.

CRIANDO NOVAS PAISAGENS INTERNAS

O resultado é que terra vira sinônimo de sujeira. E a natureza passa a ser associada a perigo (“onde mora o lobo mau”). A criança cresce com medo daquilo que não conhece ou ao qual é apresentada, quando muito pelos livros, mas não na sua inteireza, apenas na sua representação. Há inclusive escolas que possuem grama e areias sintéticas, sob o pretexto de que as crianças não se sujem ou se contaminem.

A escola se tornou o local onde as crianças passam o seu maior tempo. Por isso, é fundamental que seu ambiente seja de fato um espaço educador, no qual a sustentabilidade e a natureza estejam presentes nos tempos, espaços e relações. E isso passa também pela garantia de infraestrutura, de equipe e de formação continuada para os educadores e as educadoras.

No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), lançada em dezembro de 2017, prevê a obrigatoriedade do ensino da Ciência da Natureza. E muitos currículos estaduais e municipais, como o Currículo da Cidade (de São Paulo) fizeram um alinhamento explícito e intencional aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) promovidos pela Unesco.

Precisamos aproveitar esses chamados para fortalecer e ampliar os espaços e fluxos de reconexão com a natureza, para e com as crianças. Todas elas, sem exclusão, “sem deixar ninguém para trás”, como preconizam os ODS.

É preciso garantir o direito a uma cidade saudável para todas e todos, em especial para as infâncias. E cidade saudável é aquela na qual todas crianças possam viver o plantio de algumas mudas, observar pássaros, árvores e insetos, estabelecer contato e cuidado com outras formas de vida, com seus pares e com os adultos, inclusive de outras culturas, com outros repertórios. Um ambiente saudável propicia a criação de novas paisagens internas em cada um de nós e nos dá ferramentas para ajudar a ampliar e qualificar os cenários externos. Sem natureza não há saúde, não há vida: o direito à natureza é um direito fundamental, e por ele passa o presente e o futuro de nossas crianças e de nossas cidades.

Natureza é qualquer lugar que tenha plantas, animais e muita vida selvagem. Natureza não é só o que você vê. É o que você sente também, como o vento.

(Natureza aos olhos de Madalena, 6 anos)

* **Giovana Barbosa de Souza** atua na equipe de Coordenação da UMAPAZ (Universidade Aberta de Cultura de Paz e Meio Ambiente), onde também é docente, e coordena a Apoema - Educação, direitos humanos e sustentabilidade. É especialista em Educação Infantil e mestre em Direitos Humanos e Democratização pela Universidade de Padova, na Itália.

CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: EDUCAÇÃO POSITIVA, CULTURA DE PAZ E PROTEÇÃO

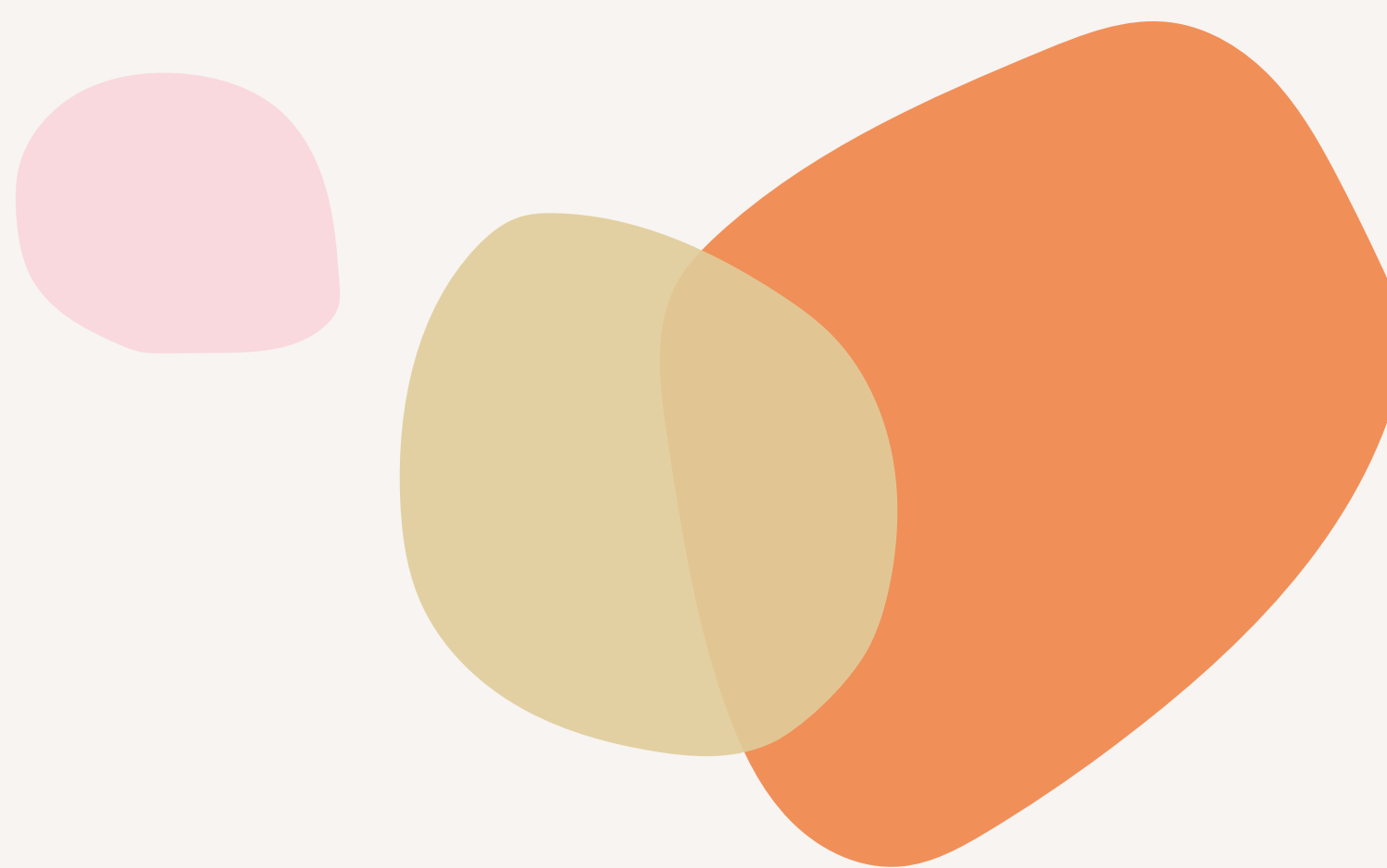
por **Ana Paula Rodrigues** e **Marcia Oliveira** *

A pandemia de Covid-19 trouxe impactos negativos na saúde física e mental, o aumento da violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes e escancarou as desigualdades do país. Embora inegavelmente necessários como soluções para minimizar os riscos à vida humana, o distanciamento social e o fechamento de escolas e de serviços, que levaram a ficar todos juntos em casa ao mesmo tempo, somados à insegurança alimentar, às perdas econômicas, às mortes e ao medo de adoecer, e agravados ainda pelo uso de álcool e outras drogas, levaram a situações familiares estressantes e ao aumento da violência doméstica.

Como movimento que vem mobilizando sociedade, parceiros e poder público, desde 2006, a Rede Não Bata, Eduque lida com esse desafio há muito tempo. Sua missão é desnaturalizar o uso do castigo físico e humilhante para cuidar e educar crianças e adolescentes. Por acreditar no potencial de cada um de nós de gerar uma vida sem violências, essa rede promove estratégias do que se chama de educação positiva, oferecendo formação para profissionais de educação, saúde, assistência social e conselho tutelar para que informações e abordagens possam ser compartilhadas em programas e ações dos CRAS, CREAS, unidades de saúde e escolas, alcançando a população.

Além disso, a cada ano, no dia 26 junho, a RNBE realiza o Dia Nacional pela Educação sem Violência, que, em 2021 foi marcado pela campanha “Afeto, respeito, limites. Por uma casa segura, livre de violências”, dando destaque aos dados do Disque 100 (2020). Esses dados apontam que das 95.247 denúncias de violências contra crianças, 67% ocorreram dentro da própria casa.

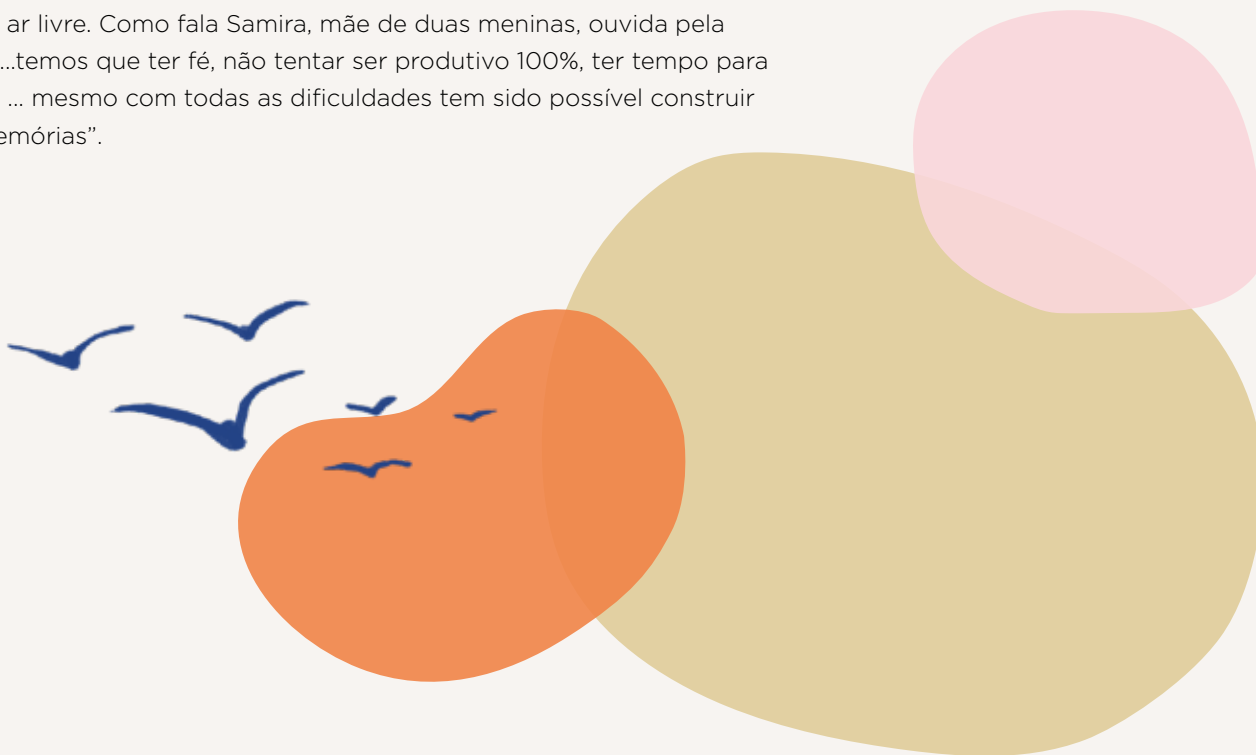
Para enfrentar esse percentual alarmante, o trabalho da rede é também apresentar uma série de dicas de apoio às famílias, que levem a uma mudança nessa cultura tão arraigada do castigo físico e psicológico. E é importante salientar ainda que nesse momento em que o problema se torna mais agudo, o poder público deve criar e manter medidas emergenciais de saúde pública, como vacinação, distribuição de renda e segurança alimentar para reduzir os impactos da pandemia na vida das famílias.



EXERCITAR A ESCUTA E OUVIR AS VOZES DAS CRIANÇAS

Conectar e pensar na “teia da vida”, nas relações com a natureza e com as pessoas, vivenciadas por todos nós e que nos constituem pode ajudar as famílias e a sociedade a lidar com fatores de risco e a tecer formas de cooperação, respeito, empatia, amor e fazer valer a não violência, a cultura de paz e o desenvolvimento pleno e digno.

Apesar dos desafios, a pandemia também possibilitou estreitar laços entre mães, pais, avós, irmãos, filhas/os. No processo de escuta com famílias, vimos a redescoberta do brincar, a possibilidade de passar mais tempo juntos, de contar até 10, 20 no momento da raiva, da divisão do trabalho doméstico, o valor do abraço, da empatia, da esperança e da fé. Perceber as coisas simples da vida, sons da natureza e momentos de lazer ao ar livre. Como fala Samira, mãe de duas meninas, ouvida pela RNBE: “...temos que ter fé, não tentar ser produtivo 100%, ter tempo para acalmar ... mesmo com todas as dificuldades tem sido possível construir boas memórias”.



À fala da mãe nesse processo de escuta, se juntam as vozes das crianças:

“Acalmo com respiração, com ajuda da mamãe e do papai.” **Leida Maria, 5 anos**

“Para acalmar, eu aperto as massinhas...”. **Larissa, 5 anos**

“Brincar todo mundo junto ver filmes e dar risadas.” **Yasmin, 9 anos**

“Se divertir em família”. **Daniel, 11 anos**

“Cozinhar, dançar, jogar, coisas que botem a família para cima.” **Camila, 17 anos**

Elas trazem algum caminho possível para que a paz encontre seu lugar dentro de casa.

Mais informações: www.naobataeduque.org.br / @naobataeduque

* **Ana Paula Rodrigues** é graduada em Nutrição (UERJ), especialista em violência doméstica (USP). Atua na equipe da Fundação Angelica Goulart e na Secretaria Executiva da Rede Não Bata, Eduque.

* **Marcia Oliveira** é coordenadora da Rede Não Bata, Eduque. Atua na área de direitos humanos de crianças e adolescentes há 28 anos, com formação em “Mecanismos nacionais e internacionais de proteção”, e especialização em “Velhos e novos paradigmas de infância e o direito a não sofrer castigos físicos” pela Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM) em Lima, Peru.

INFÂNCIA MIGRANTE: REFLEXÕES SOBRE DIREITOS, SONHOS E LIBERDADE

Entrevista com **Daniel Perseguidor**, Fórum Fronteiras Cruzadas
Por **Tatiana Oliveira**, Aliança pela Infância

Em todo o mundo, milhares de crianças são forçadas a embarcar em jornadas para outros países, em busca de um novo lar. Algumas migram com suas famílias para buscar melhores condições de vida, outras, devido a desastres climáticos ou guerras, outras por motivos políticos, sociais ou afetivos. Independente de qual seja a causa, ao chegar em outra nação, não é somente o idioma o maior contraste na infância de uma criança que migra ao Brasil, especialmente se ela se encontra em situação de vulnerabilidade.

Daniel Perseguidor é mídia-designer, atua com criação e pesquisa nos campos de arte, educação e tecnologia. Integra o Fórum Fronteiras Cruzadas, ou, em crioulo haitiano, Fontié Ki Kwaze. O Fórum realiza atividades de formação, produção de vídeos, saraus, e contribui com articulações e redes de apoio aos direitos de imigrantes e refugiados no Brasil. Conta com diversas parcerias para realizar suas atividades, como o Grupo de Pesquisa Metamorfoses do Mundo do Trabalho (CNPq), da Unicamp, entre outras.

EXPERIÊNCIA NA ESCOLA ARCO

As atividades planejadas pelo Fórum Fronteiras Cruzadas trazem uma abordagem intercultural. Entre as experiências está a oficina realizada com jovens na Arco Escola-Cooperativa, localizada em São Paulo. Nela,

estudantes do Ensino Fundamental conheceram mais sobre o tema das migrações e entrevistaram jovens que vivenciaram desafios ao se deslocar para o Brasil. Entre os aprendizados, a escassez de dados precisos que representem a população que migra para o país e a pouca representatividade em espaços de decisão.

“Dentro do projeto percebemos que o jovem migrante não tem representação de si próprio e de seus direitos como nós adultos temos. Desconhecemos, por exemplo, dispositivos legais, instituições e grupos de apoio que se organizem para reivindicar direitos da infância e adolescência migrante. E quando há estes espaços, somente a voz dos adultos é ouvida, ainda que se trate de uma realidade muito peculiar”, comenta. [Assista o vídeolab feito pelos alunos durante o projeto aqui.](#)

NOTA IMPORTANTE

Crianças imigrantes e refugiadas têm o direito de frequentar as escolas públicas de ensino fundamental e médio, bem como de participar de programas públicos de capacitação técnica e profissional. Também podem acessar instituições de ensino superior, nos mesmos moldes dos brasileiros ou através de programas de ingresso especiais para refugiados.

ONDE É SEU LAR?

Para Daniel, a história da migração está sempre se alterando, permeada por complexidades que quase nunca são constituídas em narrativas, seja na Educação ou no jornalismo. “Os governos tentam controlar as migrações com legislações, ou com força política e física, mas o fato é que as pessoas seguem organizando caravanas para cruzar fronteiras, em situações de grande risco, porque certas coisas não são controláveis”, comenta.

Sobre o assunto, ele retoma uma notícia recente, de 30 crianças que moravam nos Estados Unidos e foram deportadas para o Haiti. “Me chamou atenção a história de uma destas crianças, que já havia nascido em território norte-americano, depois que sua mãe foi caminhando pela América Central até cruzar a fronteira. Como esta história, há muitas outras, de crianças que não falam crioulo haitiano e não têm família ou relações sociais em seu país de origem, ou porque já nasceram no local para onde migraram ou porque se mudaram ainda na primeiríssima infância. Além disso, o Haiti acabou de ter seu presidente assassinado, a população recentemente presenciou mais um terremoto e a taxa de vacinação contra a Covid-19 está baixíssima. Como garantir uma infância segura para esta criança?”, reforça o mídia-ativista.

Daniel comenta, ainda, algumas experiências que o Fórum Fronteiras Cruzadas realiza com imigrantes de Centros de Acolhida em São Paulo, entre projetos culturais e artísticos como saraus, vídeo-cartas, e outros. “Nestas atividades, vemos muitos pais que deixaram seus filhos em outro país para primeiro se estabilizarem aqui e, então, trazê-los. Mas há também os pais que trouxeram seus filhos ainda na primeira infância ou que chegaram recentemente no Brasil e tiveram seus filhos já nascidos aqui. Nestes casos, a criança constitui sua vida no país, entre estudos, idioma, colegas, mas têm seus direitos cortados porque é considerada cidadã de outro país, e nem sempre tem acordos entre os governos para obter dupla cidadania, por exemplo.”

DICA: CENTROS DE ACOLHIDA PARA POPULAÇÃO IMIGRANTE

O acolhimento a imigrantes em São Paulo é feito pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), da Prefeitura Municipal de São Paulo. Infelizmente, há pouco mais de 500 vagas destinadas para imigrantes. As vagas estão distribuídas nos centros de acolhida listados no site da Prefeitura. Além destas, as demais vagas existentes na rede sócio-assistencial também podem ser acessadas por imigrantes. [Para mais informações, acesse aqui.](#)

VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19

Não raras vezes, as políticas de exclusão se iniciam na regularização migratória, o que afeta direitos básicos como a saúde e a vacinação de famílias imigrantes. “Inclusive no protocolo de Covid não tem o campo nacionalidade, então não sabemos quantas pessoas imigrantes morreram de Covid no Brasil, tampouco quantas eram crianças”, explica Daniel.

MULHERES MÃES IMIGRANTES

A Equipe Base Warmis, que faz parte do Organismo Internacional Convergência das Culturas, possui um trabalho voltado a estimular o diálogo entre as culturas, além de denunciar e lutar contra toda forma de discriminação e todo tipo de violência através da promoção e a proteção dos Direitos Humanos. Entre as pautas estão conversas e ideias para um mundo não violento, direitos dos imigrantes, combate à violência obstétrica e valorização da diversidade étnico-racial a partir da migração e outros direitos. Recomendamos o trabalho, [siga no instagram.](#)

TRÊS CASOS PARA REFLETIR

O impacto devastador que alguns tipos de deslocamento têm na vida das crianças também se reflete em sua infância e vida escolar. Crianças imigrantes e refugiadas têm o seu acesso à educação comprometido e, segundo estudos divulgados pela Acnur, 48% das crianças imigrantes e refugiadas em idade escolar estão fora da sala de aula. No entanto, a educação é um direito humano fundamental, e para essas crianças, isso significa também a chance de recomeçar suas vidas.

Durante a conversa com Aliança pela Infância, Daniel Perseguidor trouxe relatos que servem para refletir sobre a história de algumas crianças e jovens imigrantes e refugiados (alguns, hoje, já adultos) que enfrentaram o deslocamento forçado e, ao chegar ao Brasil, sofreram racismo e xenofobia em sua adaptação escolar. As histórias servem para trazer não somente mais empatia, mas também trazer luz a direitos essenciais que têm sido invisibilizados para esta população:

SANTIAGO

“Filho de venezuelanos, Santiago me contou como foi sua vinda ao Brasil. ‘Minha mãe falou que a gente ia sair de férias, mas fomos atravessando os países e as férias nunca acabavam. Enfim, quando chegamos aqui, onde seria minha nova casa. Ainda sobre o ambiente escolar, Daniel Perseguidor menciona a “febre migrante”: “quando uma criança chega na escola, a tendência é ela ser o centro das atenções, por ser ‘diferente’. Mas depois acaba ficando isolado e sem atenção dos amigos e da escola.”

HORTENSE

“Hortense é angolana. Ela estava levando seus filhos na escola quando uma mãe brasileira bateu na criança africana. Ao tentar registrar o boletim de ocorrência, o delegado ameaçou expulsá-los do país se continuassem incomodando”.

JUANITO

“O indígena boliviano, não é considerado indígena no Brasil, mas somente boliviano. Foi o que aconteceu com o Juanito, que está há 30 anos no Brasil. Ele é aymara, mas quando tentou prestar vestibular aqui, como não é considerado indígena pela FUNAI, não pode usufruir da política de cotas. E pior, ainda ganhou um livro ‘explicando’ o que é ser indígena”.

LEI DO MIGRANTE

Em 2017, foi aprovada a nova Lei de Migração no Brasil. Ela substituiu o antigo “Estatuto do Estrangeiro”, de 1980, época em que o Brasil ainda passava pelo regime militar. A antiga lei adotava uma postura de segurança nacional e de criminalização do estrangeiro. Já a nova Lei de Migração trata o movimento migratório como um direito humano, combatendo a xenofobia e a discriminação contra o migrante.

A Lei 13.445/2017 facilita o processo de obtenção de documentos para legalizar sua permanência no Brasil. Os imigrantes também não podem mais ser presos por estarem de modo irregular no país. Ainda, ficou permitido aos imigrantes que se manifestem politicamente, associando-se a reuniões políticas e sindicatos. A lei repudia também a discriminação e a xenofobia, e a política de vistos humanitários foi institucionalizada.

No entanto, alguns vetos à nova lei impediram avanços necessários. Entre eles, o Brasil segue sendo o único país da América do Sul que ainda não garante direitos políticos (votar e ser votado) aos imigrantes em nenhum nível: municipal, regional ou nacional.

[\[Com informações de Politize!\]](#)

**PARA
ENTENDER
MELHOR**

Imigrante: na atual configuração geopolítica, em que os territórios são divididos por fronteiras nacionais, imigrar geralmente refere-se a entrada de uma pessoa a um determinado país e sua instalação.

Migrante: o termo muitas vezes é utilizado para denominar aquele que se desloca em um território nacional. No entanto, recentemente, tem havido uma importante mudança de paradigma, em que se reconhece o migrante enquanto sujeito de direitos, não o definindo a partir de se este “sai” ou “entra” de determinado território, mas sim enfocando a migração enquanto fenômeno humano, que atravessa territórios e envolve diversos atores e processos.

Refugiado: todo refugiado é um migrante, mas nem todo migrante é considerado um refugiado, uma vez que entende-se por pessoa refugiada toda aquela que se encontra fora do seu próprio território nacional, por “fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política”.

[Informações extraídas do site do Museu da Imigração]

RESILIÊNCIA NA PANDEMIA: APRENDENDO OS VALORES DA CULTURA DE PAZ EM TEMPO DE TRANSFORMAÇÕES

por **Giovana Barbosa de Souza***

edição: **Thaís Brianezi**

Quando falamos de Cultura de Paz em 2021, termo que foi cunhado pela Organização das Nações Unidas, estamos falando de um compromisso com a preservação da vida. A caixa de ferramentas da Cultura de Paz é muito rica e apresenta tecnologias que podem nos ajudar a repensar e reorganizar o modo como nos relacionamos conosco e com todas as formas de vida que coabitam nosso planeta.

Cultura de paz é também exercício de resiliência, que é a capacidade que os seres humanos têm de lidar com desafios, adaptar-se a mudanças, superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas. Esta capacidade pode ser fortalecida principalmente nos primeiros seis anos de idade e deve ser nutrida no desenvolvimento da vida.

Na primeira etapa da infância, é extremamente importante a presença de uma pessoa-referência. O afeto que habita neste convívio preenche a alma de forças e permite que se instale a presença de limites – expressão viva do cuidar e educar. Quem convive com a mágica presença das crianças, na condição de pais ou educadores - lembrando que educador é todo adulto que tem o privilégio de conviver com crianças, podendo ser madrinha, parentes e até mesmo vizinhos ou amigos -, precisa ter em mente que é fundamental aproximar o que se diz do que se faz, uma vez que o adulto é um espelho no aprendizado do viver.

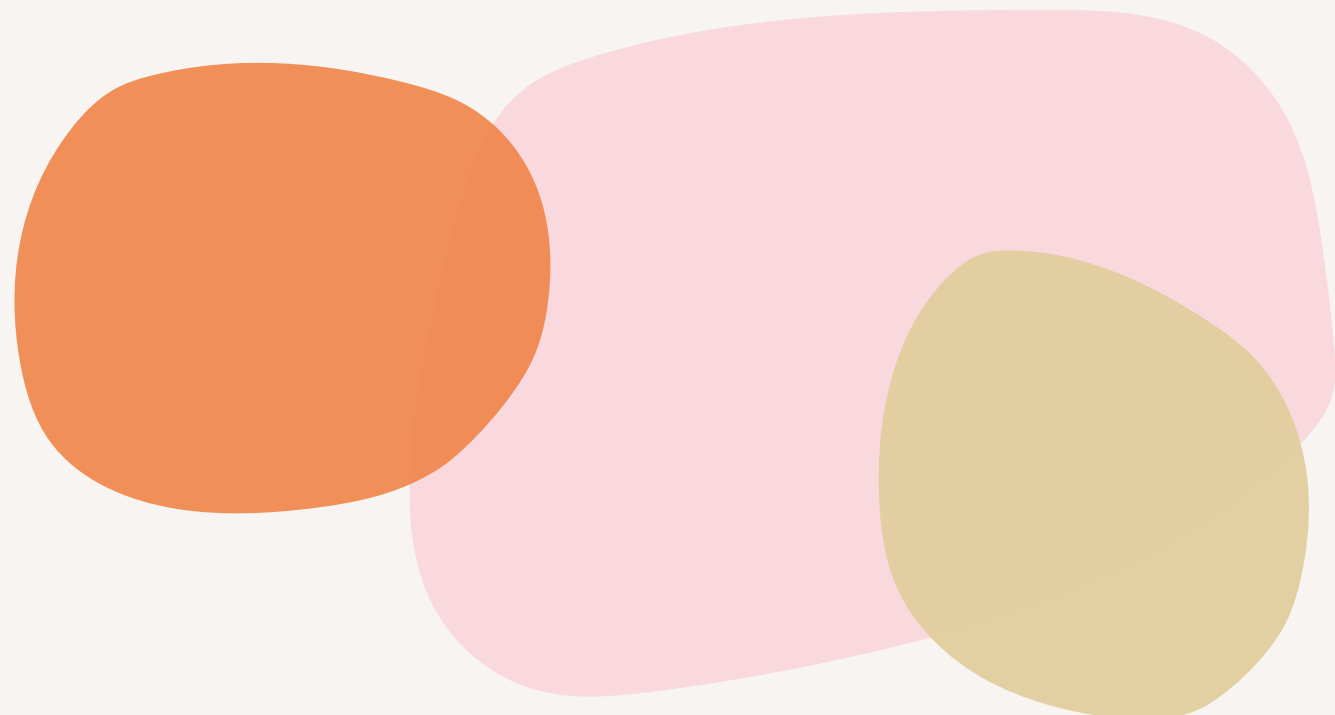
Acompanhe o trabalho do Fórum Fronteiras Cruzadas:

<https://www.fontieforum.org/>

Esse cuidar e educar possibilita a vida que se faz no zelo pelo tempo e pelos espaços. Ele passa pela organização da rotina, que precisa ser pensada com equilíbrio entre momentos de convívio e expansão, como os almoços em família e as brincadeiras com outras crianças, e momentos de intimidade, como espaços para o brincar livre e o minuto de silêncio.

FORÇAS DAS INFÂNCIA QUE SUSTENTAM PELA VIDA AFORA

É este conjunto de cuidados que pode promover o florescer da resiliência nas crianças. Assim, elas terão forças para enfrentar os obstáculos da vida de forma saudável, ancoradas nos valores de solidariedade e responsabilidade.



E não são poucos os desafios que a vida apresenta neste momento para a humanidade. Passamos por 2020, o ano em que em todas as línguas as frases mais ouvidas foram: “Vai Passar” e “Fique em casa”. Chegamos em 2021 e não passou. Aos poucos, agora, já saímos de casa, e o que vemos é o aumento dos problemas sociais e da degradação da natureza.

Percebemos que se faz ainda mais urgente e necessário zelar pelas infâncias e pelas vidas (inclusive dos não-humanos). Essa vida que também cuida de nós e nos brinda o poder regenerador da natureza. E é nela que vamos buscar energia para aproveitar o presente como oportunidade para refletir e para termos clareza da nossa força de agir no mundo, de fomentar o bem viver.

A vida nos colocou nesta pausa. E a gente pode fazer dela um recomeço, ao lado das crianças e da natureza. Somos uma espécie que vive no modo de interdependência: não podemos mais agir no modo predatório. Para esta mudança de direcionamento na vida, o escopo da Cultura de Paz e suas ferramentas podem ser de grande ajuda.

* **Giovana Barbosa de Souza** atua na equipe de Coordenação da UMAPAZ (Universidade Aberta de Cultura de Paz e Meio Ambiente), onde também é docente, e Coordena a Apoema - Educação, direitos humanos e sustentabilidade. É especialista em Educação Infantil e mestre em Direitos Humanos e Democratização pela Universidade de Padova, na Itália.

INFÂNCIA E NATUREZA NA PERSPECTIVA INDÍGENA

por **Aldenora Pimentel** e **Kamuu Dan Wapichana***

A infância não é para nós o ponto inicial. O começo está na ancestralidade e na dinâmica viva com que a memória nos constrói, fortalece e nos impulsiona para as experiências. Não é o meio e nem só o final. A infância tem a mesma relevância de contribuição em todo o processo de resiliência dos povos originários, pois é durante todo o percurso que se aprende a importância de cada indivíduo na coletividade.

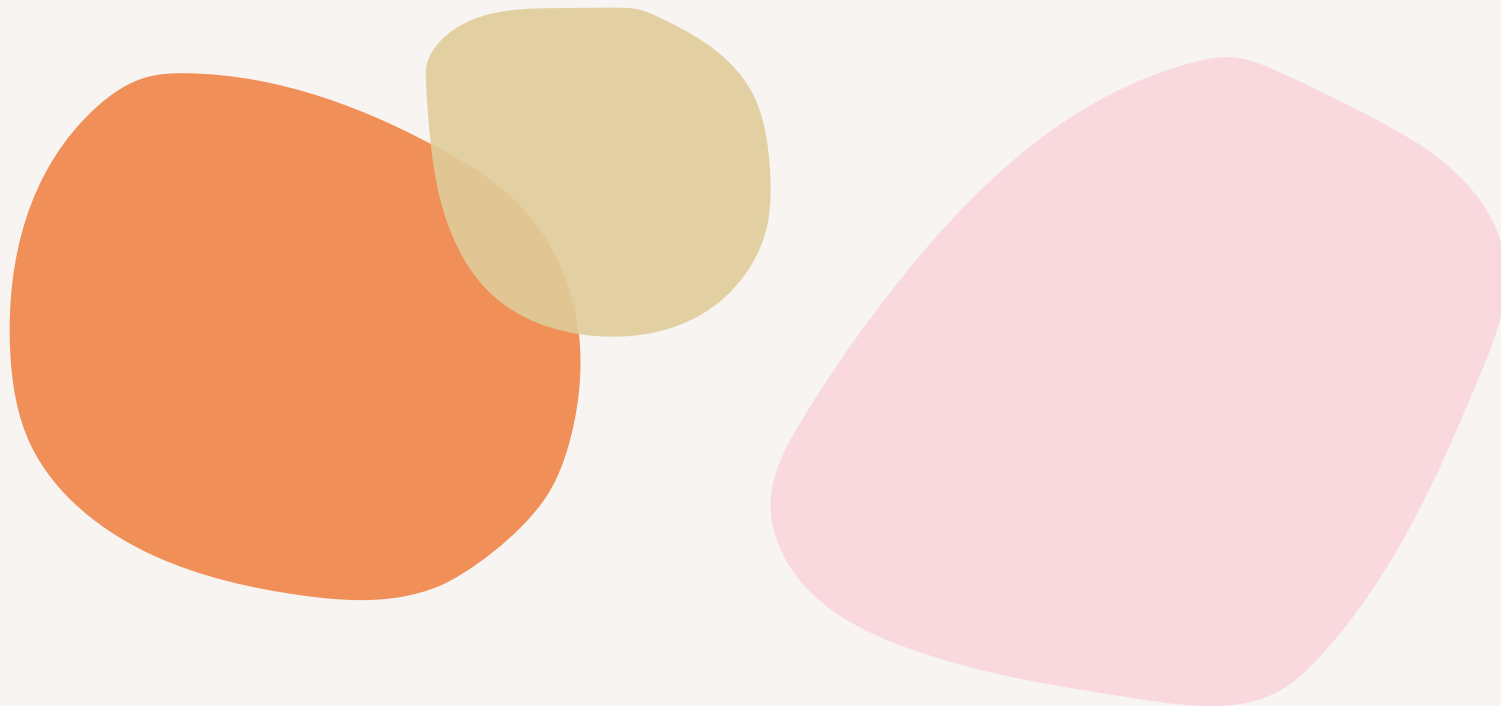
As crianças não são só futuro, pois para que ele exista, a responsabilidade do presente é fundamento essencial e agora, mais do que nunca, esse compromisso se torna emergencial. Por isso, não é possível separar os debates sobre cultura, educação, trabalho, brincadeiras, saúde, meio ambiente, direito e outros. Para nós, tudo está intrinsecamente interligado à nossa espiritualidade ancestral e à nossa sobrevivência.

Nosso esforço é garantir todas as existências, e isso só é possível mantendo a saúde da Mãe Terra. Todas as energias são voltadas para essa defesa, para a continuidade do legado dos guardiões da natureza, que exercem esse cuidado e que lutam diariamente para assegurar a dignidade coletiva dos seres. Todos somos protagonistas, e também as crianças cumprem um papel fundamental nesse cordão de resistência permanente, carregando no sangue e na memória a história de luta, a beleza do fortalecimento, a leveza do acreditar e do fazer.

Cada passo é um aprendizado, uma conexão. Cada ser é uma história, mas não existe história sem território. Nossa história está inteiramente vinculada ao território a que pertencemos. No entanto, não se trata apenas do espaço geográfico onde nascemos, mas também da conexão

que a ancestralidade nos permite agregar, sentir, vivenciar, transmitir e compartilhar conhecimentos. Na infância se aprendem valores, mas também é ali que as crianças nos ensinam que a força não se sustenta quando estamos sozinhos, e que ganhamos experiência com a coletividade.

Estamos passando por um momento muito difícil atualmente, no qual essa conexão e esse equilíbrio estão sendo rompidos com o avanço do agronegócio e da degradação do meio ambiente, e até podendo afirmar que, em muitos lugares, as mulheres estão ficando inférteis. Como pensar em futuro sem assegurar o princípio da vida?



Não há espaço para as crianças em um contexto em que, com a cobiça pelos recursos naturais e terras indígenas, só resta a beira das estradas para muitas famílias, como é o caso dos Guarani Kaiowá e de tantos outros que foram expulsos de seus territórios ancestrais. Passam por uma situação complicada os Yanomami nas terras indígenas em Roraima, onde sofrem com a contaminação dos rios, fonte de toda existência. Com a exploração do minério em suas terras, seus corpos começam a adquirir o inimaginável e o desconhecido que trazem morte e destruição. E após as cidades invadirem nossas aldeias e avançarem para o progresso, como nós podemos falar de futuro para nossas crianças tendo um presente que fere e mata? Só nos resta ensinar aos pequeninos o fervor ao lutar por nossa própria existência?

Queremos mais que uma lembrança de um dia termos passado por essas terras. Queremos continuar tendo o direito de mantermos nossas diferenças que tanto nos igualam e nos tornam únicos coletivamente. Que nos fazem acreditar até sempre que, independente de nossas crenças, ideologias, idades e conhecimentos, podemos conviver. E indo mais além... que podemos bem viver.

Nessa relação única, os olhares indígenas infantis afirmam que somos um só, e por isso o respeito é o principal elemento que deve ser praticado diariamente, e que a sabedoria ancestral se manifesta em todas as formas de vida.

Fomos arrancados de nossos territórios e nossa própria história nos foi negada. Por isso, voltar o olhar carinhoso para as crianças se faz tão necessário, pois as mudanças geradas pela ganância e pela opressão afastam a infância ainda mais de nossas origens, costumes e tradições. O dinheiro parece continuar ter mais importância que a vida! Como permanecer com esse vínculo e com esse cuidado se continuam a nos arrancar do seio da Mãe Terra?

Agora é o momento para refletir e agir! Uma mão unida à outra nutre a alma, aquece o coração e fortalece a caminhada. Passos para o bem viver, mesmo por caminhos diferentes, sinais de respeito à vida. Experiência e cuidado manifestam aprendizado coletivo que nos constrói e nos transforma em sementes férteis, e assim não deixamos de ser crianças, continuamos a aprender e a nos relacionar bem com todos os seres.

Porque aqui usamos nós e não somente mencionamos a palavra criança? Porque a infância está em nós até o final, basta olharmos para dentro de nós para lembrar quem realmente somos. Independente de onde estivermos, esse será nosso lugar de fala e resiliência!

* **Aldenora Pimentel** Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Roraima (UERR) e Especialista em Residência Agrária com Habilitação em Cultura, Arte e Comunicação pela UnB. Pesquisadora na área de literatura indígena contemporânea com foco no suporte pedagógico e formação de profissionais da educação sobre a temática indígena em sala de aula.

Kamuu Dan Wapichana (Filho do Sol) Mestre dos saberes tradicionais, estudante de Gestão Ambiental na Universidade de Brasília, escritor, contador de histórias, educador socioambiental popular, permacultor, nascido em Boa Vista-RR, de origem do Povo Wapichana.



Movimento pelo respeito à essência da criança e ao tempo da infância, a Aliança pela Infância atua para inspirar e oferecer experiências, por meio de produção e disseminação de conhecimentos, compartilhamento de saberes e por vivências significativas que valorizem o ABCD da Infância – aprender, brincar, comer e dormir – como base de uma vida plena e cheia de encantamento. Para isso, atua em rede, com seus núcleos e membros, com pessoas e com a sociedade civil organizada.

Para a Aliança, pela Infância, o ser humano precisa se embeber de infância para se humanizar. Sua missão é sensibilizar a sociedade sobre a importância de uma infância digna e saudável, promovendo o desenvolvimento de seres humanos capazes de construir uma sociedade fundada na cultura de paz, na sustentabilidade ambiental e no respeito a todas as diferenças.

O movimento surgiu na Inglaterra e nos Estados Unidos em 1997 e chegou ao Brasil em 2001, pelas mãos da educadora Ute Craemer. Formada por instituições e por pessoas envolvidas com os direitos mais essenciais da infância, participam da Aliança grupos em 11 estados do Brasil. Desde 2010, a Aliança pela Infância realiza, também, a Semana Mundial do Brincar no Brasil.

A atuação de seus membros e núcleos acontece a partir de uma inspiradora carta de princípios* que é por si só um manifesto pela cultura de paz, tendo em destaque: “As crianças precisam estabelecer viva ligação com a Terra – com os animais e com a natureza, com as famílias e com a sociedade – na qual possam se desenvolver como indivíduos”.

* <http://aliancapelainfancia.org.br/quem-somos/principios-e-valores/>



A Aliança pela Infância agradece ao seu conselho deliberativo e aos seus núcleos e membros, que participam com alegria desse movimento pelo direito da criança a ter uma infância plena e digna.

Agradecimentos especiais a **Aldenora Pimentel, Ana Paula Rodrigues, Giovana Barbosa de Souza, Kamuu Dan Wapichana, Daniel Persegum, Marcia Oliveira, Thaís Brianezi.**

Secretaria Executiva da Aliança pela Infância: **Leticia Zero**

Organização: **Fátima Falcão e Tatiana Oliveira**


Design gráfico: **Roger Testa**

Ilustração: **Veridiana Scarpelli**

É permitido reproduzir textos e dados contidos nesta publicação, desde que citada a fonte, bem como distribuir e transmitir a obra para fins de promover o direito das crianças e a cultura de paz. Não é permitido qualquer uso para fins comerciais.

contato: alianca@aliancapelainfancia.org.br

SEMANA
da INFÂNCIA
e CULTURA
de PAZ



Realização:



Apoio:



Contato:

www.aliancapelainfancia.org.br

alianca@aliancapelainfancia.org.br